

REPORTAGEM ESPECIAL

Miguel Reale diz que o crime organizado está fazendo festa

“Quem deve estar feliz, soltando fogos de artifícios é o crime organizado que está em festa no Espírito Santo”, disse Reale

Em seu último dia como ministro da Justiça, o advogado Miguel Reale Júnior, 58, afirmou ontem que “o crime organizado saiu fortalecido”, após a decisão do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, de engavetar o pedido de intervenção federal no Espírito Santo.

“Quem deve estar feliz, quem deve estar soltando fogos de artifício é o crime organizado que está em festa no Espírito Santo”, ressaltou Miguel Reale Júnior.

O ex-ministro criticou o presidente Fernando Henrique Cardoso e classificou de “risível” e “absurda” a criação de uma força-tarefa para enfrentar o crime organizado no Espírito Santo.

Ele se sentiu desautorizado ao não ficar sabendo da mudança de planos.

“Fazer força-tarefa, tal como no Rio de Janeiro, no Espírito Santo é apenas risível. Criar a força com as instituições policiais sem nenhuma credibilidade é um verdadeiro absurdo”, disse Reale.

O recuo do governo federal, que na quinta-feira aprovou a intervenção no Ministério da Justiça e quatro dias depois arquivou o processo na Procuradoria Geral, segundo o ministro, leva risco às testemunhas e vítimas do narcotráfico.

Reale Júnior endureceu o discurso sobre a decisão de engavetar o pedido de intervenção federal no Espírito Santo, aprovado pelo CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana).

Para ele, a “análise política” que foi feita, em detrimento de uma avaliação jurídica, foi equivocada.

“Nesta matéria não se pode fazer avaliações de ordem política porque o que está em jogo são vidas humanas”, afirmou.

Caso continuasse no governo, Reale Júnior afirmou que se transformaria em um “ministro meia-boca”, por não ter mais autonomia de decisão em relação a seus subordinados.

Segundo ele, a criação de força-tarefa é de responsabilidade do ministro da Justiça, e não do procurador-geral.

O ministro respondeu às declarações de José Carlos Gratz, presidente da Assembleia Legislativa capixaba, que endossou a decisão de Geraldo Brindeiro de arquivar o processo de intervenção. Ontem, o deputado afirmou que a opção tinha “lucidez jurídica”.

“O senhor Gratz, que conhece o Direito na posição de réu, não tem possibilidade de dar lição de Direito para mim”, reagiu o ministro que afirmou haver 14 processos criminais contra o deputado.

Ex-ministro revela mágoa

O advogado Miguel Reale Júnior deixou o governo magoado com o presidente Fernando Henrique Ele acha que foi traído pelo Presidente que, com o procurador-geral decidiu arquivar o pedido de intervenção no Espírito Santo.

– Por que o senhor pediu demissão?

Miguel Reale Júnior – Eu me senti desautorizado pelo presidente Fernando Henrique. Ele sabia e festejou a decisão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de aprovar a intervenção federal no Espírito Santo.

Foi tudo acertado previamente. Depois fiquei sabendo que ele se reuniu com o procurador-geral, Geraldo Brindeiro, no Palácio do Planalto e, sem o meu conhecimento, acertou que não haveria mais intervenção.

Se permanecesse no cargo, seria um ministro a meia boca. Não teria gás. Não teria como dar ordens à Polícia Federal e à força-tarefa.

– Por que o Presidente mudou de idéia?

– Dizem que o momento político não é adequado à intervenção. Eu pergunto: existe momento adequado para defender os direitos humanos?

– O Presidente pediu para o senhor permanecer?

– Pediu. Disse que estava faltando apenas cinco meses para terminar seu mandato e que não teria outra pessoa para me substituir no ministério. Eu disse: reconheço suas dificuldades, mas respeite minha decisão. Foi isso.

– A única medida para o Espírito Santo é a intervenção?

– A situação é grave. Falta confiabilidade na polícia do Espírito Santo. Há delegados e promotores que estão sob proteção da Polícia Federal por falta de competência do Estado capixaba em garantir a segurança. O presidente da Assembleia Legislativa (José Carlos Gratz) responde por 14 processos em crimes de homicídio, corrupção e jogo de bicho.



O governador José Ignácio foi a Brasília agradecer ao procurador-geral, Geraldo Brindeiro

Demissões em cascata José Ignácio agradece a Brindeiro

BRASÍLIA - A saída do advogado Miguel Reale Júnior do Ministério da Justiça causou um efeito cascata ontem, com cinco pedidos de demissão que atingiram até a Polícia Federal (PF).

Além disso, o novo ministro Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, 42, também não terá o ouvidor da PF, já que o criminalista Aduato Suannes, nomeado na semana passada, afirmou que não vai tomar posse.

Horas após a divulgação da demissão de Reale Júnior, o diretor-geral da PF, Itanor Neves Carneiro, também anunciou que deixaria o cargo.

Ontem, por meio de sua assessoria de imprensa, ele infor-

mou que deixa a função por “motivos pessoais”. O delegado também pedirá a sua aposentadoria.

O diretor de Polícia Judiciária, Armando de Assis Possa (ex-superintendente da Polícia Federal no Espírito Santo), assumiu interinamente.

Os secretários nacionais de Justiça, João Benedicto de Azevedo Marques, e de Segurança Pública, Cláudio Tucci, receberam Reale Júnior no aeroporto de Brasília ontem pela manhã e entregaram os cargos.

O chefe de gabinete, José Oswaldo Vieira, e o presidente do Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), Benedito Chiaradia, também pediram demissão.

Rita critica o Presidente

CORUMBÁ - A candidata a vice-presidente na chapa de José Serra, Rita Camata (PMDB-ES), criticou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso e o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que decidiram arquivar o pedido de intervenção federal no Espírito Santo.

Rita considerou que FHC foi precipitado, pois a tramitação do processo previa que ele fosse examinado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) antes de o presidente se manifestar.

“Houve um relatório pedindo a intervenção que deveria ter sido examinado pelo STF antes da manifestação do presidente. Esse era o procedimento adequado”, afirmou a deputada. Quan-

do questionada se o presidente se precipitou, Rita concordou.

Deputada em quarto mandato pelo Espírito Santo, Rita é inimiga política do atual governador, José Ignácio (PTN, ex-PSDB), e apóia o candidato do PSB ao governo, Paulo Hartung. A vice de Serra era favorável à intervenção.

Para ela, o relatório do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) concluiu que a medida era necessária. “Havia elementos suficientes para que a intervenção fosse decretada”.

Rita não quis opinar se houve interferência política na decisão do arquivamento. E lamentou a saída do ministro Miguel Reale Júnior (Justiça), dizendo que aprovava seu trabalho no governo.

O governador do Espírito Santo, José Ignácio, foi ontem a Brasília para felicitar o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, pela decisão de arquivar o pedido de intervenção federal no Estado e prometeu ir ao exterior, a instituições como a Organização Estados Americanos (OEA), para provar que tudo o que está se falando do Espírito Santo é falso.

Ele afirmou que se fosse autorizada a intervenção no Estado, o Espírito Santo serviria de bode expiatório para encobrir a incompetência do Ministério da Justiça em combater a criminalidade e explicar internacionalmente as violações dos direitos humanos que ocorrem no País.

O governador José Ignácio Ferreira (PTN) impôs condições ontem para a instalação da força-tarefa proposta pelo presidente FHC para investigar o crime organizado no Espírito Santo.

Ele afirmou que a medida é bem-vinda, desde que não interfira em sua autoridade como governador. Segundo ele, vários outros estados têm uma situação pior, em termos de criminalidade.

“Não é no Espírito Santo que tem Carandiru, prefeitura metralhada, nem Tim Lopes”, afirmou Ferreira, referindo-se aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ele também criticou o ex-ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, dizendo que qualquer jurista sabe que a situação do Estado não seria de intervenção.